

# Encontro com a história

VICTOR FACCIONI

O Brasil está vivendo um quadro de indefinição de consequências imprevisíveis. Creio que custará caro para o país as oportunidades e recursos que se vão é a recuperação do tempo que se está perdendo. Enquanto a população cresce, os problemas agravam-se e multiplicam-se. De um lado, é a falta total de uma política econômica e social definida. Isto sem falar no engodo do Plano Cruzado que já é fato passado, mas com consequências ainda atuais. Poderia a inexistência de uma só proposta de programa de governo de parte do PMDB e PFL, partidos que constituíram, integram e mantêm o governo. Da falta de diretrizes claras, definidas do próprio governo, fato que torna indefinida toda a vida política, econômica e social do país. De outro é a Constituinte, fica marcando passo e não conclui os seus trabalhos.

Faltou um trabalho prévio de discussão e acertos sobre os temas da Constituinte junto ao povo, na sociedade civil, eis que o debate da campanha eleitoral ignorou os temas da Constituinte e aflorou mais em cima dos efeitos do Plano Cruzado e dos temas dos candidatos a governador. Como os

candidatos a governador não seriam constituintes faltou esse importante debate.

A falta de um debate prévio, amplo, com propostas claras, definidas sobre a nova Carta Constitucional nos levou à falta de um projeto constitucional em torno do qual se deveria discutir modificações eventuais e negociar o consenso. Os partidos maiores se omitiram de fazê-lo perante a sociedade e sequer o fizeram internamente. Houve a Comissão dos Notáveis, mas o projeto respectivo não foi oficialmente considerado. Fora de tal contexto as propostas apresentadas, regra geral eram parciais, corporativas, sem visão e preocupação de conjunto, uma proposta global para o Brasil.

Indefinido e tibio o governo, divididos os partidos majoritários na Constituinte, a conjunção das duas situações levou o país a um quadro de indefinições geral, prejudicial à ordem econômica e social, tanto quanto à própria ordem política que se deteriora quando se propunha seu aperfeiçoamento e consolidação.

Constituinte não se faz com divisões, menos ainda com confrontos, mas sim

com clareza, firmeza e consenso. Governo não se faz com tibieza e indefinições, mas com a força da maioria e a clareza de planos e programas precisos e objetivos. Acima de tudo com responsabilidade. Mas os partidos que formaram e integram o governo não querem ser responsáveis por ele. Daí toda essa confusão que estamos a viver.

A despeito de tudo, quer queiram, quer não queiram, o Brasil tem um encontro marcado com a história e nós temos que efetivar este encontro o quanto antes. Quanto mais esperamos pior, porque o agravamento dos problemas com que se defronta o povo brasileiro poderá fazer com que cheguemos até a uma situação de impasse.

Volto a dizer que ainda é hora das lideranças maiores da Assembléia Nacional Constituinte e da própria sociedade civil brasileira como um todo, assumirem suas responsabilidades. Sentarem à mesma mesa para definir um denominador comum. Afinal, o que nos une como nação, somente isso deveria moldar a nova Constituição. E, em cima do que nos une, um pacto para

garantir a transição. Que fique para depois o que nos desune. Neste sentido a mudança do sistema de governo para o parlamentarismo poderia ter ajudado mais. Dentro deste contexto estabelecermos a responsabilidade dos partidos políticos; que cada um convoque os seus membros decida suas propostas ou expulse dos seus quadros aqueles constituintes contumazes que têm deixado de comparecer comprometendo, conseqüentemente, o equacionamento final da Carta Constitucional. Que as lideranças classistas deixem de lado reivindicações cooperativistas, pensem no Brasil como um todo e apresentem os dirigentes propostas de interesse comum, pois só o que é comum deveria figurar na Constituição, ficando o que nos divide para a lei complementar e ordinária ou até para as propostas de disputar eleitorais a cada período de novo governo, ao saber das maiorias do momento, eventuais. Agora é hora de se construir o global e permanente.

---

VICTOR FACCIONI, 46, advogado e economista, é deputado federal (PDS-RS) e foi secretário-geral da Frente Parlamentar Interpartidária no Congresso constituinte.